

PROGRAMA DE GOVERNO

JOÃO PAULO CUNHA – PREFEITO
JORGE LAPAS – VICE

COLIGAÇÃO “OSASCO UNIDA COM A FORÇA DO POVO”

OSASCO NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

**Priorizar a juventude,
o trânsito e consolidar
o desenvolvimento**

2012 é o momento para um balanço dos 50 anos de Osasco, para comparar as últimas administrações e decidir as linhas de ação a serem seguidas pelo próximo governo municipal. As diretrizes e propostas do Programa de Governo, construído em conjunto com a sociedade, são a seguir apresentadas pelo candidato a prefeito, João Paulo Cunha.

Há oito anos Osasco decidiu mudar de rumo, priorizar a inclusão social e implantar uma nova maneira, democrática, de administrar a cidade. Os frutos da mudança começam a ser colhidos e, agora, essas conquistas precisam ser mantidas, consolidadas e aprofundadas, com a candidatura de João Paulo Cunha a Prefeito. A coligação “Osasco Unida com a Força do Povo” propõe acelerar ainda mais os ritmos de desenvolvimento econômico e social, a enfrentar antigos problemas ainda sem solução e dar respostas aos novos desafios, tornando a cidade ainda mais humana, inclusiva e acolhedora.

Em 2004, quando a coligação “Uma cidade para cidadãos” assumiu o governo, teve que reverter o ônus de uma herança pesada: a Prefeitura estava endividada, gastava mais do que arrecadava, o município vinha de um processo de duas décadas de desindustrialização – somente entre 1985 e 2003 perdera 20 mil postos de trabalho na indústria (conforme o Relatório Anual de Informações Sociais do MTE) –, o funcionalismo estava desmotivado e a máquina administrativa era arcaica, ainda não beneficiada pelos modernos recursos tecnológicos, refletindo o autoritarismo reinante. Com o governo do Prefeito Emidio, Osasco encontrou o caminho do desenvolvimento, escapando da dependência em relação ao município da Capital e inaugurando seu destino de uma das cidades mais dinâmicas do mundo.

Após as medidas corretivas, o município voltou a crescer e seu produto interno bruto (PIB) chegou a 31,6 bilhões de reais, maior que o da maioria dos países filiados à Organização das Nações Unidas (ONU). O PIB municipal quase duplicou, pois era de 18,3 bilhões de reais em 2005, saltando da 23ª colocação no Brasil para a 12ª, e da 6ª para a 4ª maior economia do Estado de São Paulo, superando a maioria das capitais de Estado, como Florianópolis, Goiânia e Vitória, apesar de dispor de um território de apenas 66 km², no qual vive uma população de 666.469 mil habitantes (em 2010, segundo o IBGE).

O município, finalmente, reverteu os efeitos perversos do processo de desindustrialização, transformando-se num dos principais centros logísticos e financeiros da América Latina, definindo também uma vocação de cidade de prestação de serviços, sobretudo educacionais, concentrando cerca de 30 mil estudantes universitários (conforme o Censo da Educação Superior, INEP, 2009), e se firmando como um grande centro comercial, com o segundo maior corredor de comércio varejista da Grande São Paulo, com o Calçadão da Antonio Agu sendo superado apenas pela 25 de março, e uma das maiores concentrações mundiais de *shopping centers* e supermercados.

Esse progresso notável foi conseguido também, em grande parte, em virtude do crescimento do comércio dos bairros, da multiplicação de micros e pequenas empresas, da criação de empreendimentos econômicos solidários e da geração de oportunidades de emprego e renda. Entre 2005 e 2011 foram gerados 59 mil novos empregos na cidade (conforme o CAGED, do MTE). Além disso, entre 2004 e 2010, houve uma diminuição da taxa de desemprego aberto, de 12,3% para 9%,

aumento da participação dos trabalhadores formais no total de ocupados, de 57,9% para 64%; e redução da informalidade de 37,4% para 29,3% (pesquisa do emprego e desemprego do Seade/Dieese).

Esses índices são o resultado e, ao mesmo tempo, as causas da realização de outras metas pelo governo do prefeito Emlidio, como, por exemplo, a redução do analfabetismo a menos de 3% da população adulta (acima de 15 anos de idade), que será alcançada ainda neste ano, a diminuição do número de alunos por sala de aula, a implantação da Universidade Federal, que já oferece ensino público e gratuito de qualidade, o esforço para a redução da mortalidade infantil (de crianças até 1 ano de vida) para um dígito, ou seja, abaixo de 10 por mil nascidas vivas, a melhoria da saúde materna, a entrega de novas habitações populares à população de baixa renda ou a concessão de 26 mil bolsas-família, bem como a instalação de uma escola ou unidade básica de saúde em todos os bairros, próxima da residência de qualquer morador. Isso só aconteceu devido a um novo princípio norteador da administração: a intersetorialidade, cuja aplicação reduz os custos e amplia a efetividade das realizações.

Como todas as ações foram concebidas com a participação de todos os setores da administração, também foi possível construir grandes artérias, como a Avenida Hilário de Souza que, com o término da duplicação da rua da Estação, ligará o terminal da Vila Yara e o Parque Continental ao Quilômetro Dezoito, a nova estação de trem, agora com frentes para a Zona Norte e a Zona Sul, em condições de receber uma linha do metrô, e a reforma da Praça Antonio Menck, que será concluída ainda este ano, da mesma forma que a modernização do Calçadão da Antonio Agu, viabilizando a revitalização da região do Bonfim e a remodelação de todos os centros comerciais de bairro.

O sucesso da experiência inaugurada em 2005 decorre principalmente do fato de que, pela primeira vez na história da cidade, os compromissos assumidos durante a campanha de 2004 e reafirmados na de 2008 foram honrados e aqueles que ainda não foram concretizados tiveram as bases legais e técnicas iniciadas. A transformação por que está passando a cidade de Osasco na administração do Partido dos Trabalhadores e dos partidos coligados é o resultado da implementação de um Programa de Governo orientado por cinco grandes rumos: Desenvolvimento econômico, Inclusão social e cidadania, Democratização da gestão pública e Desenvolvimento urbano e Qualidade de vida.

Transparência, planejamento e participação popular

O que distingue o atual governo municipal dos anteriores é o planejamento de curto, médio e longo prazos com a participação da sociedade civil. Logo em seu início, a administração Emlidio implantou o Orçamento Participativo (OP), passando a ouvir sistematicamente os diversos segmentos da população a respeito de suas demandas e alocação de recursos. Ao longo dos oito anos, duas práticas foram adotadas: o incentivo à formação de conselhos municipais, em todos os níveis e esferas de governo, e a prestação de contas, de que são exemplos o site do município, as reuniões com segmentos da sociedade e a publicação de informes e balanços.

Em agosto de 2007 foi implantada a mais ousada iniciativa de planejamento participativo, o Projeto Osasco 50 Anos, com o objetivo não apenas de estabelecer metas para o ano de 2012, quando a cidade completaria o seu quinquagésimo aniversário, mas de planejar o seu futuro, ou seja, criando diretrizes para seu crescimento também no médio e longo prazos, em conjunto com a

sociedade civil. Com esse projeto a cidade também foi pioneira, reunindo para o mesmo esforço todos os cidadãos que se interessaram em participar, lideranças de todas as áreas, e técnicos da Prefeitura, em nove eixos temáticos: Reforma e modernização do Estado, Inclusão social, Desenvolvimento econômico, Desenvolvimento urbano e qualidade ambiental, Educação, Saúde, Cultura, Esportes e Segurança pública e Políticas de prevenção à criminalidade urbana.

Pode-se concluir, portanto, que a principal virtude da administração petista é a capacidade de mobilizar a criatividade e as esperanças da comunidade, na busca da realização de seus sonhos.

Novos desafios

É necessário dizer, entretanto, que, se Osasco deu passos significativos no desenvolvimento e ampliação do sentimento de pertencimento da população, que passou a gostar mais da cidade onde vive, ainda há muito a se fazer e novas prioridades a enfrentar. Resolvidas as prioridades de oito anos atrás, é preciso encaminhar agora a solução das demais questões e equacionar as demandas trazidas exatamente pelo rápido desenvolvimento econômico e social.

Fazendo um balanço das metas do Projeto Osasco 50 Anos, o Prefeito Emidio comemorou que 80% delas foram cumpridas, um feito ímpar, mas que revela que uma parte das metas ficaram para a próxima administração. Além disso, nesses oito anos, até em virtude da elevada taxa de crescimento, a cidade passou a vivenciar novos problemas, como os engarrafamentos de trânsito, a insuficiência do sistema de transportes públicos e da rede viária e novas demandas habitacionais, culturais, esportivas e de lazer. O problema da poluição, que já era grave, apesar das medidas adotadas, como o plantio de árvores e a abertura de novos parques lineares, também se agravou em consequência do maior volume de automóveis e de pessoas. Se, na presente administração, foram aprovadas leis como a que procura controlar a poluição visual e a sonora, agora é necessário ampliar seu alcance.

À futura administração cabem, portanto, os desafios relativos à segunda década do século XXI, de tornar Osasco uma cidade global, com uma administração-modelo para os demais municípios brasileiros, consolidando as formas democráticas de gestão e o desenvolvimento econômico, com sustentabilidade ambiental, mobilidade, acessibilidade e conforto para o conjunto de sua população.

A consolidação das conquistas já realizadas e o enfrentamento dos novos desafios, entre 2013 e 2016, têm como princípio básico a intersetorialidade na realização dos seus projetos, assegurando qualidade, agilidade e a redução dos custos. Terá como pilares de sustentação os princípios da ética, transparência, eficiência, economicidade e moralidade. A proposta de governo do candidato João Paulo compromete-se três orientações básicas:

π **Sustentabilidade** (desenvolvimento, inclusão social, preservação do equilíbrio ambiental e promoção da cidadania plena);

π **Modernidade e Democratização** (com a descentralização e efficientização da máquina administrativa); e

π **Mobilidade e acessibilidade** (com direito a todos de se locomover por quaisquer meios, com rapidez, baixo custo e segurança).

O tripé estruturante do programa de governo e da ação concreta do candidato a Prefeito João Paulo Cunha terá como referências a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Objetivos do Milênio e as Metas do Milênio, da ONU, o Projeto Osasco 50 Anos, o Orçamento Participativo, as sugestões e decisões dos Conselhos Municipais e as contribuições dos setores organizados da sociedade civil, que serão recolhidas dos debates que serão desenvolvidos em torno deste Programa de Governo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, decidida pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, e firmada pelo Brasil, reza, por exemplo, em seu artigo XXV, 1. e 2., que: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle”. E que “a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social”.

Também somente a título de exemplo, o Artigo XXVI da Declaração dos Direitos do Homem estabelece que “1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz”.

Os oito Objetivos do Milênio (ODM) e as dezoito Metas do Milênio (MDM), da ONU, definem os objetivos a serem alcançados pela humanidade, em todos os países, para a realização da plena igualdade, independentemente de raça, cor, sexo, faixa etária, naturalidade, nacionalidade, profissão ou qualquer outra variável, e as metas a serem atingidas entre 1990, ano em que foram estabelecidas, e 2015, num prazo de 25 anos. São objetivos do milênio, portanto, “Erradicar a extrema pobreza e a fome”. E são metas desse objetivo: “1: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC (Paridade de Poder de Compra) por dia”; e “2: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome”. Os demais objetivos do milênio são: Universalizar a educação primária; Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade na infância; Melhorar a saúde materna; Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental; Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. As outras dezesseis metas estabelecem em que proporção os objetivos do milênio deveriam ser realizados no prazo de 25 anos.

No Brasil as Metas do Milênio, felizmente, foram ampliadas e todas as propostas já foram realizadas e superadas, contribuindo de forma decisiva para o sucesso das propostas da ONU. Também nesse particular Osasco se esforçou para ser uma referência nacional, criando o Projeto Osasco 50 Anos, com o propósito de definir metas próprias, inspiradas na proposta das Nações Unidas. O projeto foi dividido em nove eixos temáticos, já listados acima, e cada um deles definiu diretrizes e metas. As diretrizes correspondem aos objetivos da ONU, ou seja, situações a serem alcançadas para assegurar a igualdade efetiva entre todos os cidadãos, rumos a serem seguidos ao

longo de muitos anos. E as metas sintetizam as ações de enfrentamento concreto, com situações quantificadas a serem atingidas ano a ano.

Sustentabilidade

O princípio da sustentabilidade visa evitar tanto as ações que comprometam a qualidade de vida na cidade, o meio ambiente e a saúde da população ou das próximas gerações, quanto as medidas imediatistas, que estejam em contradição com a legalidade ou a correta correlação entre custos e benefícios ou que comprometam a harmonia entre os grupos sociais.

As sustentabilidades ambiental, legal e financeira são princípios que devem nortear todas as ações municipais modernas, num mundo em que os recursos naturais estão se esgotando e em que a própria sobrevivência da espécie exige a priorização do direito à vida das próximas gerações. Todos os projetos da Prefeitura, portanto, deverão ser examinados do ponto de vista da sua viabilidade financeira, para que uma iniciativa particular não comprometa o conjunto, e ambiental, para que a cidade prossiga sua marcha acelerada de crescimento, mas preservando a água, o ar, os recursos naturais e a biodiversidade, os direitos dos municípios vizinhos e dos demais entes federados.

Uma cidade desenvolvida é uma cidade sem pobreza, por isso o enfrentamento à exclusão social continuará sendo uma prioridade. Inserir o trabalhador no mercado de trabalho formal, fomentar a oferta de um trabalho decente aos jovens e qualificar e formar profissionais para as novas áreas deste mercado são passos fundamentais para uma política social e inclusiva. Elevar a autoestima com o resgate da cidadania dos milhares de osasquenses que sequer conhecem seus direitos aos programas existentes, visando a emancipação e conquistas de novos direitos é uma das metas fundamentais no esforço de erradicação da miséria na cidade.

Todas as diretrizes e metas da Prefeitura, portanto, deverão ser avaliadas no que diz respeito a sua sustentabilidade, pois este será um dos critérios estruturantes da intersectorialidade.

Modernidade e democracia

Modernizar e democratizar a gestão pública significa aprofundar uma preocupação iniciada com o governo do Prefeito Emidio e que avançará nos próximos quatro anos, com a consolidação de uma metodologia de governo que articula a participação e o respeito ao cidadão.

Modernizar a máquina pública pressupõe a articulação das ações de forma intersectorial, com o aprimoramento dos serviços prestados, desburocratizando o atendimento, e a participação da população, mediante o acompanhamento público. Para isso se deverá generalizar a informatização das secretarias e departamentos, centralizando o controle das informações e descentralizando o acesso à rede, para permitir que os cidadãos informem-se ou resolvam suas virtuais pendências com a Administração nas proximidades de sua residência ou nos centros comerciais remodelados de seu próprio bairro.

Os programas de participação cidadã como o OP, Conselhos Municipais, Foruns e experiências do porte do Osasco 50 Anos devem ser consolidados enquanto ferramentas de acompanhamento, fiscalização e deliberação das ações públicas. O fortalecimento dos mecanismos que asseguram uma participação cidadã efetiva será uma preocupação permanente da administração. Todas as políticas e ações da Prefeitura, portanto, levarão em conta a

economicidade, a praticidade e o acesso da cidadania, tanto coletivamente, por meio de suas entidades representativas, quanto individualmente, no exercício da sua cidadania.

Mobilidade e acessibilidade

Pensar uma cidade de todos é pensar uma cidade em que a qualidade de vida é primordial, em que todos os habitantes tenham direito a usufruir do presente e participar da definição do futuro. Segurança e emprego, educação e saúde, o direito a um teto e de viver com conforto, com acesso aos bens culturais e ao lazer, além do direito de ir e vir, de pensar e expressar suas opiniões são aspectos inalienáveis ao exercício da cidadania, independentemente de gênero, raça, cor, credo, condição socioeconômica ou física.

Todos os cidadãos devem ter seu acesso assegurado a quaisquer espaços públicos, repartições, escolas, postos de trabalho ou meios de transportes, pois a estrutura urbana deve resolver, ou no mínimo atenuar, as diferenças naturais ou as provocadas pela idade, doença ou acidente.

As dinâmicas do desenvolvimento econômico contemporâneo se fizeram acompanhar não apenas pelo agravamento dos desequilíbrios ecológicos e dos efeitos perversos das desigualdades sociais, mas também pela concentração populacional nas metrópoles e suas cidades periféricas, ampliando as distâncias e as dificuldades de locomoção entre os locais de moradia e das atividades cotidianas. Os novos ritmos de vida, ou seja, a necessidade de percorrer longas distâncias em pouco tempo, tornaram-se fontes de novas desigualdades, a serem também combatidas. A velocidade e a agilidade de locomoção tornaram-se fatores de inclusão ou exclusão social, de sucesso ou insucesso na vida estudantil ou laboral.

As questões relativas ao sistema viário e aos transportes públicos incidem, portanto, sobre o direito de ir e vir e assumem uma importância crescente para a definição do conforto e da igualdade contemporâneas. Impõe-se, portanto, a redução das distâncias, a implantação de uma velocidade compatível com o tempo moderno e a economia de tempo, como direitos de todos os habitantes de Osasco. Os projetos para a gestão municipal do candidato João Paulo privilegiarão também a remodelação e modernização dos centros de bairro, os quais deverão receber terminais *on line* integrados aos sistemas municipais – para que o cidadão não apenas informe-se, mas possa também resolver perto de sua residência eventuais pendências com a Prefeitura –, e serão submetidos à avaliação de conselhos especializados relativos à mobilidade e à acessibilidade.

Diretrizes e Metas

O conjunto de diretrizes e metas do programa de governo, estruturado sobre o tripé da sustentabilidade, modernidade democratizante e da mobilidade-acessibilidade, é sintetizado em 13 eixos, com indicações dos rumos a serem seguidos pelo governo:

1. INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SOLIDARIEDADE

O desafio, que já é uma das prioridades da atual Administração, mas que será enfrentado com decisão ainda maior pelo candidato João Paulo, é o de inclusão dos cidadãos desprovidos de condições socioeconômicas, por meio de um trabalho formal ou de oportunidades de geração de renda. O problema não é local, mas global, em virtude das novas técnicas e dos desregramentos

financeiros, mas a sua solução pode e deve ser buscada também no plano municipal. Nem todos os problemas sociais são suficientemente equacionados com as políticas de inclusão social cidadã, mesmo porque a exclusão de uma parte da população pode ser decorrente de problemas de saúde ou é um fenômeno tão grave que chega a repercutir sobre suas condições físicas, como é o caso das crianças, idosos e doentes em situação de abandono. Também são merecedores de atenção diferenciada as vítimas de problemas urbanos graves, como os provocados pelo uso de drogas, ou os egressos do sistema prisional. Adotando políticas de assistência social focadas nos segmentos vítimas de diferenças de natureza física ou social, a próxima administração municipal também se habilitará a receber recursos de programas federais e estaduais específicos.

Garantia de renda

1. Ampliar a cobertura do conjunto de programas de transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e trabalhadores desempregados, assegurando auxílio financeiro, aumento da escolaridade e formação socioprofissional.
2. Identificar e cadastrar a população em condições de miséria e ainda sem acesso aos programas em funcionamento.
3. Ampliar o Programa Bolsa Família garantindo renda para as famílias com renda igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais por pessoa.
4. Assegurar renda as famílias com rendimento inferior a 1/4 do salário mínimo que tenham pessoas de 65 anos ou mais, pessoas com deficiência ou doença crônica, através do Benefício de Prestação Continuada (BPC).
5. Ampliar o Programa Operação Trabalho oferecendo qualificação e auxílio financeiro para trabalhadores desempregados.
6. Oferecer bolsa financeira aos jovens pertencentes a famílias de baixa renda, associada à formação socioprofissional e à elevação da escolaridade, através do Programa Bolsa Trabalho.
7. Ampliar as oportunidades de reinserção no mercado de trabalho aos trabalhadores desempregados com 40 anos ou mais de idade, através do Programa Começar de Novo.
8. Expandir e aprimorar os serviços públicos ofertados à população de baixa renda facilitando o acesso a documentação e tarifa social de energia.
9. Criar o programa de Segurança Alimentar e Nutricional no município instituindo legalmente o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, associado a difusão de hábitos saudáveis e geração de renda.
10. Reestruturar o Banco de Alimentos como distribuição de cestas para famílias necessitadas.

Inclusão Produtiva

11. Ampliar políticas públicas de qualificação com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o Plano Nacional de Qualificação (PLANTEC), do Plano Brasil Sem Miséria.
12. Assegurar o acesso amplo ao Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda.
13. Intensificar os processos de captação ativa de vagas junto às empresas da região com intermediação pública de mão de obra.
14. Dinamizar o Projeto Aprendiz.
15. Ampliar os programas de intermediação de pessoas com deficiência no mundo do trabalho.
16. Instituir programas de encaminhamento para estágio e primeiro emprego.
17. Revitalizar a cooperativa dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis.
18. Ampliar o Microcrédito Produtivo por meio da consolidação e ampliação do Fundo de Desenvolvimento e Inclusão Produtiva (FUNDIP) e do Projeto Crescer (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).
19. Ampliar as ações da política de inclusão digital do município, por meio de novos cursos e Centros de Inclusão Digital (CID).

Assistência Social

20. Consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo o Comando Único da Assistência Social no município.
21. Investir com prioridade na ampliação e adequações da rede de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos territórios de vulnerabilidade social, garantindo as normatizações federais para o seu funcionamento.
22. Investir na ampliação e adequação da rede de Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), garantindo as normatizações federais para o seu funcionamento.
23. Investir na construção de Rede Própria do Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes em situação de abrigo, garantindo as normatizações federais para o seu funcionamento.
24. Investir na política de proteção para a população em situação de rua, construindo a rede própria de serviços de Abrigo Republica e Casa de Passagem para a população em situação de rua, garantindo as normatizações federais para o seu funcionamento.

25. Implementar programas estratégicos para o fortalecimento da pessoa com deficiência, Idoso, crianças, adolescentes e jovens, garantindo a intersetorialidade e interdisciplinaridade, utilizando a rede das políticas sociais governamental e não governamental, nas regiões de maior vulnerabilidade social.
26. Implantar os benefícios eventuais para situações de calamidades públicas, emergenciais e circunstanciais, tendo como estratégia a vinculação na rede de proteção CRAS e CREAS e Programas de Transferência e Geração de Renda para a emancipação e autonomia dos indivíduos.
27. Fortalecer a gestão compartilhada das ações da Política de Assistência Social com as Instituições de Assistência Social de forma complementar e dentro da legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
28. Fortalecer ações de prevenção ao uso de drogas na rede de CRAS e CREAS.

2. POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

As recentes dinâmicas do desenvolvimento, também em todo o mundo, mas de forma desigual segundo os países e regiões, tornaram a juventude socialmente mais vulnerável dos pontos de vista da primeira oportunidade de emprego, da formação profissional, da educação, da saúde e até da crescente violência urbana. Em Osasco, durante a gestão 2013-2016, a juventude constituirá um dos principais focos de atenção e os problemas que a afetam serão tratados em conjunto.

29. Criar um órgão administrativo da Juventude para formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude.
30. Criar o Centro de Referência da Juventude (CRJ).
31. Criar o Plano Municipal de Juventude para garantir e efetivar os verdadeiros anseios da juventude da cidade, transformando-as em políticas públicas representativas.
32. Criar uma Ouvidoria Online.
33. Criar um Portal direcionado para a Juventude com linguagem própria, que trate dos diversos temas relacionados a juventude e a gestão pública municipal.
34. Criar o Programa Municipal de Banda Larga disponibilizada livremente nos polos educacionais, culturais e de lazer.
35. Criar cursos preparatórios gratuitos para os vestibulandos através da Rede Municipal de Ensino.
36. Cursos profissionalizantes em parceria com o SESI, SESC e SENAI da cidade, com bolsa e ajuda de custo para os alunos carentes.

37. Reestruturar e fortalecer o Conselho Municipal da Juventude de Osasco (CMJO).
38. Incentivar a criação do projeto Jornais Juvenis Associados: visando a divulgação das ações culturais, sociais, e esportivas dos e pelos próprios jovens.
39. Fomentar a criação de rádios comunitárias pelos jovens nos bairros e escolas.
40. Desenvolver campanhas educativas nas diversas áreas que envolvam políticas para a juventude.
41. Realizar o Festival Cultural da Juventude na Semana da Juventude
42. Implantar, em parceria com o governo federal, o Projeto Reservista Cidadão que concede bolsa para jovens recém-licenciados do serviço militar obrigatório.
43. Atualizar e reeditar o Mapa da Juventude de Osasco
44. Reestruturar e fortalecer o Conselho Municipal da Juventude de Osasco (CMJO).
45. Promover diversas atividades paradidáticas para a juventude.
46. Criar o Projeto Cidade grafite.
47. Realizar campanhas de educação sexual.
48. Estender a abrangência do Vale-Transporte Estudantil (incluindo universitários) para os finais de semana.
49. Incentivar a criação de Cooperativas de Produção Juvenis.
50. Implantar Centros de Convivência Integrado para a Juventude na perspectiva de garantir espaço seguro e prevenção dos riscos sociais.
51. Investir na formação e capacitação profissional de jovens para gerenciamento de projetos culturais.

3. SAÚDE

Em todas as ações de governo, o eixo saúde não pode deixar de ser destacado, uma vez que o combate às doenças é prioritário, mas elas também podem ser evitadas. Os governos municipais precisam estar mais preocupados com ações preventivas, particularmente incentivando os programas de agentes comunitários, mas sem deixar de lado a manutenção da rede estrutural: unidades básicas de saúde, postos de pronto atendimento, prontos-socorros e hospitais. É necessário consolidar ou implantar políticas públicas adequadas às diversas situações e faixas etárias.

52. Construir o Hospital do Câncer, em parceria com o Ministério da Saúde.
53. Gestionar para a implantação do curso de medicina no *campus* da Universidade Federal de Osasco.
54. Fazer gestão para estabelecer parceria visando a utilização do hospital central em hospital escola, com residência médica.
55. Reduzir para 1 dígito a mortalidade infantil e melhorar a saúde materna.
56. Ampliar o Programa de Vigilância à Criança sob Risco de Mortalidade.
57. Ampliar a política de prevenção de álcool e droga.
58. Ampliar a Central de Atendimento, redução de tempo de espera por especialidades na marcação de consultas e exames por telefone, relatos de queixas e registro de reclamações.
59. Melhorar a distribuição de medicamentos na rede, principalmente para os de uso continuado (como hipertensos e diabéticos etc.) com entrega pelo correio.
60. Ampliar a oferta de RX e Ultrassom viabilizando convênios com a rede privada.
61. Possibilitar o acesso a programas de planejamento familiar.
62. Desenvolver programas específicos para a saúde da população negra, em especial a anemia falciforme.
63. Desenvolver programas específicos para adolescentes especialmente para a gravidez precoce.
64. Ampliar programa de saúde do idoso.
65. Implantar a Casa da Mulher na Zona Sul.
66. Ampliar os mutirões preventivos em diversas especialidades.
67. Criar unidade do CCZ – Centro de Controle de Zoonoses na Zona Sul.
68. Implantar Programa de Controle Populacional de Animais.
69. Ampliar ações de prevenção às DST/AIDS e Hepatites Virais.
70. Descentralizar os exames de ultrassonografia e mamografia.
71. Descentralizar o pré-natal de alto risco.

72. Estabelecer parcerias entre as secretarias de Saúde e Educação para prevenção e promoção da saúde.
73. Integrar as ações de Vigilância Sanitária à Atenção Básica.
74. Ampliar para o terceiro turno as Unidades Básicas de Saúde onde houver demanda.
75. Implantar o Programa de Saúde Escolar.
76. Expandir o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS) para todo o território de Osasco.
77. Criar a linha de ônibus “Circular da Saúde” que interliga o sistema público de saúde.
78. Ampliar o Programa Antitabagismo para a Policlínica Zona Norte.
79. Ampliar a divulgação das ações em saúde do homem.
80. Ampliar o programa “Consultório de Rua”.
81. Implantar Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), álcool e drogas, 24 h na Zona Sul.
82. Transformar o CAPS Adulto em CAPS 24h.
83. Implantar CAPS Adulto 24h na Zona Norte.
84. Implantar leitos de Saúde Mental no Hospital Central.
85. Firmar consórcio com outros municípios da região para a implantação unidade de acolhimento transitório para internações de dependentes químicos.
86. Descentralizar a farmácia de psicotrópicos.
87. Ampliar o Programa de Atendimento Domiciliar (PAD), especialmente para os acamados.
88. Ampliar o Programa Osasco Saudável.
89. Implantar o Núcleo de Atenção à Saúde da Família (NASF).
90. Ampliar os Programas de Controle da Diabetes e da Hipertensão.
91. Ampliar as ações voltadas à saúde do trabalhador.
92. Criar um Centro de Especialidades Odontológicas (tipo III) na Zona Norte.
93. Ampliar o Programa Brasil Sorridente.

94. Ampliar as ações de prevenção, diagnóstico e tratamento da área de fonoaudiologia.

4. POLÍTICA URBANA E HABITACIONAL

O acesso a uma moradia salubre e confortável é um dos direitos fundamentais da pessoa humana. A favelização e problemas como o dos sem-teto, que caracterizam o déficit habitacional, são problemas recentes do desenvolvimento urbano. Com as cidades crescendo desordenadamente, ações incisivas tornam-se necessárias para o resgate da dignidade das pessoas, tais como políticas habitacionais, que passem por ações como a construção de moradias, a urbanização, a regularização fundiária e a erradicação de áreas de risco.

Fortalecimento Institucional.

95. Fortalecer o planejamento urbano da prefeitura como instância de implementação e integração das políticas públicas setoriais articuladas no Plano-Diretor.

96. Enfrentar o *déficit* habitacional estimado hoje em cerca de 20.000 famílias com apoio dos programas federais e estaduais.

97. Consolidar, na estrutura administrativa, unidade de gestão para a comercialização das habitações produzidas e para a gestão dos recursos do Fundo Municipal de Política Urbana e Habitacional.

98. Instituir comissões de gestão em todas as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) e criar fóruns específicos para o detalhamento dos programas habitacionais.

Ordenamento Territorial

99. Garantir o cumprimento dos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, em especial o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana.

100. Implementar a revisão das Leis de Uso e Ocupação do Solo (zoneamento) e elaborar um Código Municipal de Posturas (CMP) com a participação dos segmentos da sociedade civil.

101. Aperfeiçoar e continuar implementando os instrumentos urbanísticos e fiscais capazes de combater o processo de especulação imobiliária e a valorização do solo urbano, como as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), o IPTU Progressivo no Tempo, o Direito de Preempção e a outorga onerosa do direito de construir.

Requalificação Urbana

102. Atuar para garantir a resolução dos problemas urbanísticos e ambientais do Jardim Açúcará no âmbito de implantação da operação urbana consorciada Paiva Ramos.

103. Ampliar o programa de urbanização e regularização de favelas e loteamentos irregulares, garantindo a permanência das famílias na própria região, preservando o meio ambiente, com a participação da população moradora e o controle social.
104. Ampliar o programa de urbanização gradual de favelas garantindo intervenções físicas e qualificando os assentamentos que não tenham necessidade de remanejamento e remoções.
105. Garantir a conclusão das obras em andamento do PAC 1– Urbanização das favelas dos Portais, Colinas/Socó, Sabão, Vicentina e BK-Veloso.
106. Implementar a urbanização das favelas do PAC 2 – Rochdalle e Santa Rita de Cássia.
107. Implementar o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) como ferramenta de redução do *déficit* habitacional.
108. Incentivar a produção de moradias por empreiteiras, pela autogestão, em parcerias com entidades, associações e sindicatos, priorizando a população de baixa renda, até três salários mínimos e já cadastrada pelo município de acordo com o Índice de Prioridade de Atendimento Habitacional (IPAH).
109. Promover parceria com o programa “Minha Casa, Minha Vida”, inclusive para a modalidade MCMV - Entidades, para ampliar a produção, garantindo contrapartida de recursos, doação de terrenos, agilidade na aprovação dos projetos e outras facilidades para alavancar recursos do Governo Federal.
110. Formar um estoque de terrenos e glebas destinados à produção de habitação de interesse social (até três salários mínimos) para atendimento tanto da demanda oriunda dos planos de reurbanização e regularização de favelas, como da demanda por unidades novas, priorizando-se os terrenos e prédios vazios que não cumprem sua função social.
111. Implantar uma linha de financiamento através de carta de crédito habitacional voltada aos funcionários públicos municipais com prioridade para a faixa de renda de até 3 salários mínimos.
112. Atuar continuamente para a redução gradual até a eliminação de áreas de risco na cidade.
113. Continuar atuando nas negociações de despejos, reintegrações de posse e outras formas de remoções forçadas de moradores, dialogando sempre, no sentido de encontrar soluções para os conflitos em áreas públicas e particulares.
114. Normatizar procedimentos da municipalidade visando combater a comercialização irregular das habitações de interesse social produzidas pelo município.
115. Consolidar a integração da política habitacional àquelas de educação, saúde, geração de emprego, transporte e mobilidade urbana.

5. EDUCAÇÃO

A redução do analfabetismo de 3% da população adulta para menos de 1,5% nos próximos quatro anos, orientada pela diretriz de erradicação do problema, deverá ser umas das prioridades de todas as esferas do próximo governo, contemplada pelo eixo Inclusão Social Cidadã. A prioridade do eixo Educação propriamente dito deve centrar-se na promoção do ensino público gratuito e com qualidade, para a preparação das próximas gerações para o exercício profissional e a cidadania, e como a mais poderosa ferramenta de redução das injustiças e das desigualdades sociais. No plano municipal, o governo deve orientar-se no sentido de satisfazer a demanda de ensino pré-escolar, reduzir o número de alunos por classe no Ensino Fundamental e elevar a qualidade do serviço, preparando os alunos para os desafios da vida e das próximas etapas da aprendizagem. Em relação aos níveis educacionais de competência de outros entes federados, considerando que os alunos são cidadãos da cidade, o município deve colaborar e desenvolver políticas de acompanhamento dos princípios norteadores essenciais.

116. Assegurar o pleno funcionamento dos dois CEUs já construídos.

117. Construir dois novos CEUs, um na Zona Norte e outro na Zona Sul.

118. Ampliar a oferta de vagas na educação infantil, mantida pela rede pública ou conveniada, garantindo creches e EMEIS para as crianças de 0 a 5 anos.

119. Adotar o ciclo de alfabetização para crianças de 6, 7 e 8 anos para melhorar o rendimento escolar e consolidar a formação básica com a utilização de professores pós-graduados com formação na área.

120. Consolidar o Projeto “Escola Vai Pra Casa”, com a figura do professor visitador que organiza visitas às casas dos alunos para resolver problemas como de excesso de faltas, evasão e o desempenho abaixo da média.

121. Implantar “Programa Permanente de Formação em Gestão Escolar” para o trio gestor, ou seja: diretor, vice-diretor e coordenador com destaque especial em traçar metas, cobrar resultados e estimular as equipes.

122. Possibilitar o convívio com línguas estrangeiras nas escolas municipais.

123. Implantar Programa de Aceleração de Aprendizagem para alunos com baixo desempenho escolar.

124. Realizar concursos e trabalhos escolares sobre a história de Osasco.

Educação Inclusiva

125. Assegurar o atendimento especializado aos casos específicos com diagnóstico de aprovação.

126. Construir uma rede de proteção ao aluno com deficiência assegurando um atendimento preferencial no serviço de saúde e assistência social.

127. Criar o Centro Multidisciplinar de Atendimento aos alunos e munícipes com deficiências, coordenados pelas Secretarias da Saúde, Promoção Social, Esporte, Cultura e Educação.

128. Manter vigilância quanto ao risco social e psicológico do aluno com vulnerabilidade e acompanhá-lo na superação.

129. Aprofundar o trabalho de inclusão das crianças com deficiências na rede escolar, com preparação do corpo docente.

Escola de Tempo e Educação Integral

130. Ampliar o número de alunos atendidos em atividades contra-turno na perspectiva da escola de tempo e educação integral.

131. Ampliar a carga horária para que o aluno permaneça na escola, objetivando ampliar até o tempo integral.

132. Continuar a política de redução do analfabetismo, visando a erradicação, fortalecendo a Educação de Jovens e Adultos(EJA) e o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos(Mova), vinculando com outros programas de inclusão.

133. Implantar um programa de complementação alimentar com distribuição de leite.

134. Fortalecer a integração da escola-comunidade, através do Conselho de Gestão Compartilhada, com participação de pais e a comunidade para colaborar na organização, manutenção e planejamento da escola.

Fundação e Instituto Tecnológico de Osasco (FITO)

135. Criar um FORUM para debater e definir soluções para recuperar a saúde financeira da FITO.

136. Conservar e aprofundar a qualidade do ensino fundamental, médio e técnico.

137. Redefinir a vocação das faculdades, direcionando para a formação de gestores públicos.

138. Buscar parcerias para ampliar os cursos técnicos e profissionalizantes, engajando os parceiros nos desafios da redefinição da faculdade e na sustentabilidade da instituição.

Ensino Superior

139. Somar esforços para a ampliação do número de cursos do *campus* da Universidade Federal de Osasco.

140. Somar esforços para a construção do *campus* da Universidade Federal de Osasco, no Alto do Farol.

141. Incentivar a realização de parcerias para que as universidades locais desenvolvam estudos organizados para o desenvolvimento da cidade.

6. MOBILIDADE URBANA

Uma das faces do desenvolvimento econômico e do crescimento da malha urbana é o agravamento das condições de mobilidade, com engarrafamentos de trânsito, lentidão nos deslocamentos e insuficiências dos transportes públicos, gerando caos urbano. Compete ao poder público, e somente a ele, mediante adequação da malha viária e políticas de transportes, equacionar também essa face perversa do desenvolvimento. Precisam ser garantidos, além do direito de mobilidade a todos os cidadãos, a acessibilidade aos idosos, crianças e portadores de necessidades especiais, como ferramenta da igualdade.

Criação de uma estrutura eficiente para garantir a mobilidade urbana

142. No âmbito da Reforma Administrativa, dotar a Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana de estrutura para coordenar as políticas de trânsito e transportes.

143. Criar, sob o comando da Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana, um Núcleo de Educação para o Trânsito e Cidadania, para introduzir as crianças no uso dos bens comuns, como o sistema viário e os meios de transporte, e assessorar os organismos de trânsito na reeducação de adultos.

144. Transformar a atual Secretaria de Serviços e Obras em Secretaria de Obras e Sistema Viário, como uma secretaria-meio, para a execução de obras sob a orientação das secretarias-fim.

145. Criar e implantar a Companhia de Engenharia de Tráfego de Osasco (CETO), com técnicos capacitados e autonomia administrativa para oferecer respostas imediatas aos graves problemas de locomoção e transportes na cidade.

146. Criar o Observatório Municipal de Trânsito, subordinado à CETO, para monitorar, centralizar e distribuir as informações sobre os resultados das políticas de trânsito, para a identificação rápida e solução dos gargalos ou imprevistos.

Plano Diretor de Mobilidade Sustentada

147. Criar num prazo de cem dias, com base nos estudos desenvolvidos de forma intersetorial pelas Secretarias de Planejamento, Transporte e Mobilidade Urbana, de Serviços e Obras e Sistema Viário, submeter ao debate público o Plano-Diretor de Mobilidade Sustentada.

148. Traçar o Plano-Diretor de Mobilidade a partir da realidade do território: superar os obstáculos do rio Tietê, da linha férrea CPTM e aproveitar de forma competente as particularidades geográficas da cidade como os fundos de vale e as margens dos seus cursos d'água.

149. Levar em conta, na elaboração do Plano Diretor, os estudos demográficos a respeito da concentração de população, dos fluxos atuais e tendências de desenvolvimento do município.

150. Priorizar a circulação de pedestres, ciclistas e dos transportes públicos, num sistema intermodal, que combine com os ônibus, meios de transportes com carros ou vagões articulados, sobre trilhos ou pneus, micro-ônibus, vans, motocicletas etc.

151. Promover um sistema de circulação que alie segurança, conforto e acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e com deficiências nos meios de transporte, bem como nos espaços e serviços públicos.

Qualificar Osasco como Cidade-Referência de Trânsito

152. Reduzir o número de acidentes de trânsito dos 6 mil atuais para o máximo de 4.500 até 2016, atingindo-se a meta de reduzir pela metade o volume de acidentes até 2020 como definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas (ONU).

153. Elaborar um estudo por georeferenciamento e criar um banco de dados dos locais de maior número de ocorrências, usando-se também informações das Polícias Militar e Civil, do SUS, IML, DPVAT para identificar os principais problemas e locais de ocorrências, para a tomada de medidas pontuais.

154. Disciplinar o compartilhamento das vias públicas por veículos pesados (ônibus e caminhões) com veículos leves (automóveis) e motocicletas, mediante uma legislação clara de direitos e deveres, uma política de educação de trânsito e de sinalização eficiente.

Osasco Cidade Amigável

155. Adotar as medidas necessárias para amenizar o ambiente competitivo e violento do trânsito, tornando Osasco uma cidade amigável ao transporte não-motorizado, favorecendo o pedestre e o uso da bicicleta.

156. Instituir Ciclovias e Ciclofaixas, segundo as normas do Denatran.

157. Criar as Ciclofaixas de Lazer, interligando as praças esportivas, parques da cidade e equipamentos educacionais do município.

158. Criar ciclofaixas nas principais avenidas e corredores-tronco, para permitir o transporte seguro por bicicleta.

159. Criar “ruas amigáveis”, as quais, mesmo não dispondo de ciclofaixas ou ciclovias, tenham a velocidade máxima de automóveis limitada a 30 km por hora, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), compatível com o compartilhamento da pista por veículos menos velozes, como bicicletas, que alcançam até 15 ou 20 km horários.

160. Facilitar a integração modal, criando bicicletários, estacionamentos para bicicletas e permitindo o acesso desses veículos em determinados meios de transportes coletivos.

Osasco Cidade Acessível

161. Qualificar, no primeiro ano de governo, as calçadas e passeios de toda a região central e da principal zona comercial da cidade, garantindo a acessibilidade aos pedestres em geral, particularmente as pessoas com redução de mobilidade com declividade máxima de 3%.

162. Estender, até o final do segundo ano de governo, a qualificação de calçadas, passeios e vias públicas também aos centros de bairros e aos principais corredores de comunicação de toda a cidade.

163. Disciplinar a colocação de rampas de acesso a cadeirantes e pedestres com muletas, regulando os desnivelamentos de acesso de automóveis a garagens, reservando os passeios principalmente para pedestres.

164. Implantar nos principais logradouros públicos sistema de sinalização para deficientes visuais.

165. Caracterizar as principais rotas de acessibilidade universal, implantando projetos urbanísticos e paisagísticos de revitalização das calçadas e praças.

166. Implantar um sistema de rampas e elevadores no futuro Paço Municipal, para garantir a acessibilidade universal.

167. Construir rampas nos prédios e logradouros públicos e fazer cumprir a lei nos edifícios particulares de uso público, também para garantir o cumprimento da lei e o direito à acessibilidade universal.

Cidade informada, cidade agradável

168. Emplacar ruas, com seus nomes e criar sistema de emplacamento das mãos de direção e indicação de direção para os bairros e principais logradouros públicos.

169. Disciplinar e manter claras as sinalizações de asfalto, sobretudo as faixas de pedestres, indicações de lugares como hospitais, escolas, e de limites máximos de velocidade.

170. Generalizar a fiscalização eletrônica, para veículos motorizados em geral, inclusive motocicletas, coibindo o excesso de velocidade e dando proteção efetiva às faixas de pedestres.

171. Encaminhar projetos de lei à Câmara Municipal, disciplinando na cidade, casos virtualmente omissos do Código Nacional de Trânsito.

Lei de Diretrizes Viárias

172. Encaminhar ao Legislativo projeto de lei que discipline o uso do solo para a implantação de diretrizes viárias.

173. Preservar as margens de rios, encostas de colinas, fundos de vales e outras áreas que possam ser usadas para, no curto, médio ou longo prazos, a implantação de um sistema viário capaz de garantir a circulação no município ao menos para os próximos 50 anos.

174. Ampliar os principais eixos viários do município, principalmente as grandes artérias-tronco, que comunicam os maiores conglomerados populacionais da cidade, das várias concentrações da Zona Norte e da Zona Sul.

175. Dar continuidade à ligação da Avenida Hilário Pereira de Souza com o Quilômetro Dezoito, passando pela Praça Antonio Menk-Estação da CPTM e Rua da Estação, mediante construção de um viaduto de interligação com o viaduto Tancredo Neves.

176. Concluir a duplicação da Avenida Visconde de Nova Granada ligando a Praça do Salgado à Av. Sarah Veloso/Rodoanel através de túnel .

177. Construir a Via Norte – duplicar da Av. Costa e Silva – Bandeirantes e Ponte sobre o Braço Morto até a Av. Brasil, seguindo pela Avenida Ônix até a Rodovia Anhanguera.

178. Duplicar a Av. Manoel Pedro Pimentel.

179. Construir o terminal rodoferroviário do Km 21.

180. Construir ligação (viaduto) Autonomistas (Quitaúna) ao Bonfim – Av. Nações Unidas.

181. Ligar a Rua Gustavo Berthier com a Rua Manoel Antonio, no Jardim Adalgisa.

182. Ampliar a Avenida Panorâmica, ligando o bairro do Jardim Bonança com a Rodovia Anhanguera, criando uma nova Via Arterial de interligação entre os bairros da Zona Norte.

183. Concluir a Avenida Arinos fazendo chegar à Avenida Lourenço Belolli, no Parque Mazzei.

184. Criar nova ligação viária ligando as Avenidas Eurico da Cruz (Munhoz Jr), atravessando a Avenida Getúlio Vargas (Piratininga) e chegando a Avenida Irene Pereira Leitão.

185. Criar o Binário Viário: Avenida Costa e Silva com Walt Disney.

186. Construir a Transversal Sul, Av. Dr. Kenkiti Shimomoto até a Marginal do Rodoanel.

187. Exigir da Via Oeste a construção da nova entrada da Rodovia Castello Branco, interligando com a Avenida Maria Campos.

188. Exigir da Via-Oeste a construção do trevo regular na Av. Getúlio Vargas de acesso a Rodovia Castello Branco, recompondo as antigas entradas e saídas.

189. Interligar a Cidade das Flores com a Marginal do Rodoanel – prolongamento Av. Ipê.

190. Alargar a Av. Martin Luther King.

191. Construir um túnel na Avenida dos Autonomistas para acesso aos hipermercados e *shoppings*, próximos ao Teatro Municipal.

192. Construir ligação viária entre o Jardim Cipava II e o Conjunto dos Metalúrgicos.

193. Construir nova ligação viária entre a Rua Paranaense (Jardim Conceição) e Rua Veneza (Jardim São Victor).

194. Dar prosseguimento ao programa de recapeamento asfáltica em todos os bairros da cidade.

Redução do Fluxo de Veículos Pesados no Centro

195. Tornar obrigatório o estudo de impacto sobre o trânsito para a aprovação de novos empreendimentos imobiliários e obras para shoppings, supermercados, condomínios, escolas etc.

196. Adotar o sistema de fiscalização popular, para acompanhamento da qualidade do serviço de transportes públicos.

197. Implantar medidas emergenciais variadas para reduzir os incômodos provocados pelos engarrafamentos de trânsito e melhorar a qualidade de vida.

198. Redirecionamento de trânsito e mudanças de mãos de direção, para dissolver pontos críticos de congestionamento.

199. Exigir o cumprimento dos acordos de parceria com o *Shopping* União, para a construção de passarela de pedestres (e/ou viaduto) sobre a Autonomistas e ampliação da baia de pontos de ônibus.

200. Reduzir significativamente o estacionamento de veículos em ruas e avenidas, estimulando a construção de grandes estacionamentos a preços mais acessíveis.

201. Implantar medidas tarifárias de apoio à construção de estacionamentos privados, para maximizar o uso dos leitos carroçáveis.

Implantação da Intermodalidade dos Transportes

202. Trocar o atual modelo de transporte urbano, do tipo modal, para o modelo intermodal, ou tronco-alimentado-integrado, garantindo a circulação de veículos com maior regularidade, frequência, velocidade, segurança e conforto, para o atendimento da periferia.

203. Diversificar a matriz energética dos transportes públicos, utilizando, além dos meios de transportes movidos a energia fóssil, meios tracionados por energia elétrica e outros.

204. Criar alternativas para o transporte de massa, estudando a viabilidade de implantação progressiva dos Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) usando para isso as margens de córregos e riachos, Veículos Leves sobre Pneus (VLP), Metrô municipal de Superfície (MMS), Calhas exclusivas para ônibus ou outras, de maneira que os grandes corredores integrem os principais bairros das Zonas Sul e Norte, nos sentidos norte-sul e sul-norte, interligando-os às estações de trem da CPTM e futuras estações do Metrô.

205. Dado o seu custo, o uso de VLT, por exemplo, demandará os mandatos inteiros de vários prefeitos. Construir as primeiras linhas entre 2013 e 2014, mediante consórcios com as empresas de transportes que já operam na cidade e em parceria com grandes bancos e os governos do Estado e da União.

206. Interligar as estações do VLT, VLP e outros meios de transporte pesado de massas com terminais de ônibus, micro-ônibus e vans, para assegurar frequência e fluidez no transporte de passageiros dos bairros mais distantes a qualquer ponto da Grande São Paulo.

207. Em conjunto com a Empresa Municipal de Transportes Urbanos (EMTU), implantar o Corredor Autonomistas-Corifeu Azevedo Marques, inspirado no sistema de integração de Curitiba, com características de BRS (*Buss Rapid Services*), cobrança de tarifas na plataforma de embarque, até 2015, o Terminal do Quilômetro Vinte-e-um ao da Vila Yara, e no futuro, a Pinheiros e Lapa.

208. Racionalizar o uso da frota de ônibus, via o SITrans, com o emprego de veículos tecnologicamente modernos, com suspensão pneumática, piso baixo, freios magnéticos de fricção, baixo nível de ruídos e de emissão de poluentes.

209. Implantar terminais de transferência, nos finais dos corredores dos bairros para o centro, visando mais conforto e segurança aos passageiros, sem custos extra, para reduzir a quantidade simultânea de veículos pesados nos corredores centrais.

210. Criar o Bilhete Integrado, articulando os vários meios de transporte públicos local.

211. Articular convênio, com a Secretaria de Transportes Metropolitanos, para a criação do bilhete único, com uma tarifa única e reduzida, por um determinado período de tempo, para integrar vans, ônibus, trem e metrô, até com motocicletas.

212. Ampliar as tarifas sociais através do passe social para o desempregado e a população carente, se locomovendo para a escola ou local de geração de renda ou obtenção de serviço de saúde.

213. Fomentar, com os quinze municípios da Região Oeste, a adoção de uma Política de Transportes integrada.

7. MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

Em todas as ações de governo, o eixo saúde não pode deixar de ser destacado, uma vez que o combate às doenças é prioritário, mas elas também podem ser evitadas. Os governos municipais precisam estar mais preocupados com ações preventivas, particularmente incentivando os programas de agentes comunitários e de saneamento básico, mas sem deixar de lado a manutenção da rede estrutural: unidades básicas de saúde, postos de pronto atendimento, prontos-socorros e hospitais. É necessário consolidar ou implantar políticas públicas adequadas às diversas situações e faixas etárias.

214. Revitalizar o *Rochdale*, construindo um parque linear nas imediações do Braço Morto.

215. Ampliar o número de parques ecológicos e áreas verdes no município.

216. Adaptar a frota de veículos públicos municipais ao uso do combustível renovável e mais limpo.

217. Coordenar ações para a implantação de políticas públicas que incentivem as eco-construções (com uso de iluminação e ventilação natural, energia solar, sistema de captação de água da chuva, reuso de água, alta permeabilidade do solo).

218. Seguir, na medida do possível, parâmetros de eco-construções na edificação de prédios públicos.

219. Ampliar o programa de arborização urbana, atendendo às determinações da Organização Mundial de Saúde.

220. Participar ativamente do Subcomitê Pinheiros-Pirapora, da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, propondo ações mais efetivas de despoluição do rio, bem como dos demais rios e córregos da região.

221. Estabelecer um convênio intermunicipal para a instalação de uma usina de biodiesel.

222. Promover ações de conscientização da população sobre o aquecimento global, atendendo as diretrizes da Agenda 21.

223. Ampliar o programa de coleta seletiva em todo o município.

224. Promover campanhas de educação sobre a importância da coleta seletiva do lixo, inclusive com programas específicos voltados para crianças das escolas municipais.

225. Criar e estabelecer um sistema rigoroso de licenciamento e fiscalização ambiental, contendo invasões em áreas públicas.
226. Criar ecopontos para o recebimento de resíduos da construção civil.
227. Criar mais uma central de reciclagem de entulhos, na Zona Sul.
228. Instalar uma usina de compostagem de resíduos orgânicos, reduzindo a utilização do aterro sanitário.
229. Ampliar o programa de conscientização da população sobre arborização e conservação de espécies arbóreas na cidade.
230. Fiscalizar e estabelecer multas mais severas para aqueles que lançam lixo em áreas públicas.
231. Ampliar os projetos de revitalização dos córregos, com arborização da mata ciliar.
232. Firmar parceria com a SABESP para a despoluição do rio Bussocaba.
233. Ampliar feiras de produtos orgânicos.
234. Implementar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), com ações que corrijam e diminuam os impactos negativos gerados durante a jornada de trabalho, tornando o ambiente de trabalho saudável com o uso eficiente dos recursos naturais.
235. Exigir da SABESP o cumprimento do plano de investimentos no município (água e esgoto), adequando-o ao desenvolvimento urbano da cidade, com 100% de rede de captação de esgoto até 2016.
236. Implantar o piscinão do Santo Antoninho e as retenções temporárias nas coberturas acima de 500m².
237. Implantar uma base da Defesa Civil na Zona Norte.
238. Formar NUDECs (Núcleos de Defesa Civil em Comunidades).
239. Criar um cadastro georeferenciado, integrante do Sistema de Informações Municipais (SIM), da rede de drenagem, com indicação dos equipamentos de macro e microdrenagem.

8. SEGURANÇA E CONTROLE URBANO

Embora a segurança urbana seja competência de outras esferas federadas, sobretudo do Estado, pois só as polícias civil e militar têm o poder de polícia, a Prefeitura pode contribuir para a melhora da qualidade de vida também neste quesito, mediante a adoção de políticas preventivas de delitos, no trânsito, nos corredores comerciais e logradouros públicos, com medidas de vigilância ou sócio-

educativas. Além disso, o município deve contribuir com a paz interna, e por isso, caso eleito, o candidato João Paulo fará cumprir a legislação já existente, e proporá leis eficientes, no âmbito da competência municipal, para a proteção do meio ambiente, dos consumidores e para o funcionamento dos corredores de serviços e comerciais e nos logradouros públicos, informatizando, aumentando os efeitos e aprimorando a formação da Guarda Civil Municipal, da Defesa Civil, da Fiscalização e outros serviços essenciais.

240. Criar Zonas de Segurança Escolar, estabelecendo um perímetro alvo de políticas especiais de segurança, com ações realizadas desde o interior das escolas municipais, inclusive com videomonitoramento.

241. Ampliar a Ronda Escolar integrando as zonas de segurança.

242. Criar o Centro de Gerenciamento de Emergências, integrando a Defesa Civil, a Promoção Social, a Guarda Civil Municipal e a Secretaria de Saúde com as Polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros e órgãos estaduais.

243. Requalificar o espaço urbano com ações de zeladoria do tipo: padronização de calçadas, sinalização de ruas, pinturas de faixas de pedestres e de veículos, semaforização, fiscalização eletrônica e visual.

244. Ampliar o efetivo e frota da Guarda Civil Municipal.

245. Criar as Inspetorias da Guarda Civil Municipal (GCM) Norte e Sul, visando a descentralização da logística de atuação da guarda, auxiliando no pronto atendimento ao munícipe.

246. Criar os Portais de entrada e saída da cidade, com a presença efetiva da GCM.

247. Regulamentar e qualificar o serviço de Vigilância Noturna e Comunitária, organizando segundo os princípios da economia solidária.

248. Fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança e o Conselho Municipal de Segurança.

249. Envidar esforços em conjunto com a Promotoria Pública e Polícias Civil e Militar para a elaboração do Plano Municipal de Segurança.

250. Fiscalização Preventiva 24 horas, com a criação do serviço 153, garantindo o combate à poluição sonora e visual, já previstos na Lei do Sossego Urbano, bem como outras formas de agressão aos direitos individuais e coletivos.

251. Engajar os Conselhos Tutelares e de Segurança nas ações preventivas e atividades de fiscalização a bares e casas noturnas.

252. Utilizar todos os mecanismos dispostos no Termo de Cooperação com o Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) do Ministério da Justiça, visando o aprimoramento das ações de enfrentamento do problema na cidade.

253. Criar conselho consultivo para dar suporte legal na liberação de alvarás especiais aos estabelecimentos com execução de música após a meia noite, envolvendo instituições municipais, estaduais e federais.

254. Ampliar videomonitoramento da Central de Gestão Compartilhada em Segurança Urbana (CGCOM), integrando à Central de Monitoramento de Trânsito e o serviço 153.

255. Garantir o acesso ao Sistema de Informações Criminais (INFOCRIM) da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e à Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (INFOSEG), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) para elaboração de estatísticas sistemáticas da incidência de criminalidade por área da cidade, e assim orientar as ações preventivas e repressivas.

256. Ampliar interlocução com as Polícias Civil e Militar estabelecendo maior integração com o Governo do Estado, visando maior permanência dos comandantes de Batalhões e Delegados no Município.

257. Utilizar os instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor para a redução dos imóveis ociosos, degradados e subutilizados.

258. Implantar programa para intensificar a fiscalização relativa à execução de muros, passeios e limpeza de terrenos vazios na cidade em conformidade com a legislação existente.

9.CULTURA

Osasco sempre foi um polo de fermentação cultural e política, tendo projetado artistas, cientistas e movimentos sociais no cenário estadual e nacional. Estimular a expansão das atividades culturais, e de reflexão, incorporando também o desenvolvimento científico e da criatividade, com obrigações do poder público, que tem também a incumbência de promover oportunidades de lazer para o conjunto da população.

259. Consolidar o Conselho Municipal de Política Cultural, ampliando o diálogo com a sociedade civil.

260. Elevar o orçamento da Secretaria da Cultura para o mínimo de 1% do orçamento geral do Município.

261. Criar a Lei Municipal de Promoção da Cultura.

262. Criar um programa de formação continuada de Agentes e Gestores Culturais, principalmente na área de projetos.
263. Criar a “Fundação Osasco das Artes”.
264. Criar o Sistema Municipal de Ensino da Arte.
265. Criar Escolas de Formação Artística.
266. Criar Casas da Cultura em áreas periféricas do município.
267. Criar Programa Intersecretarial de Escolas Abertas, nos finais de semana e período noturno, para ações e formações educacionais, profissionais, artísticas, esportivas, ambientais e de inclusão digital.
268. Consolidar a Feira Anual do Livro de Osasco, realizada em parceria com a Secretaria da Educação, integrando as universidades locais e demais escolas do município.
269. Realizar as Festas Nordestinas e das Nações, como resgate cultural de parte expressiva dos municípios.
270. Apoiar e estimular atividades de arte e artesanato de rua.
271. Criar o Centro Cultural Vila Operária Cobrasma.
272. Criar _____ e _____ estruturar o Arquivo _____ Público Municipal, com campanha de arrecadação de acervos pessoais de interesse público.
273. Criar programa de apresentações artísticas na rede municipal de ensino para educandos, educadores e servidores.
274. Criar programa de apresentações de artistas locais, nas ações de Governo, garantindo recolhimento de 10% de todos os cachês ao Fundo de Apoio à Cultura de Osasco.
275. Manter e ampliar as atividades do Festival de Curtas de Teatro (FECT), Canto de Julho, Festival de Mídias Alternativas (FEMA), Feira de Artes, Cine Osasco Debate, Sarau da Educação e Cultura e demais festivais.
276. Reformar e modernizar os equipamentos públicos culturais da cidade.
277. Implantar o Convênio Usina Cultural, já firmado com o Ministério da Cultura, na Biblioteca Heitor Sinegaglia – Zona Sul.

278. Redefinir a

vocação do Museu de Osasco a partir de sua modernização, informatização e adequação dos padrões de tratamento do acervo.

279. Ampliar o Programa "Ciclo de Palestras-

Osasco: Memórias e Perspectivas", levando suas atividades para bairros da periferia, universidades e entidades de classes, como forma de difundir a história da cidade e de debates sobre identidade cultural osasquense.

280. Consolidar o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Osasco, ampliando a participação da Sociedade Civil.

281. Promover a elaboração e registro das ações artísticas da cidade através de mídias.

282. Criar o Estúdio Público Municipal de gravação de áudio e vídeo.

283. Democratizar a ocupação dos espaços da Cultura através de Editais, preservando um percentual para a produção cultural local.

284. Instituir a meia entrada para trabalhadores sindicalizados nos teatros, cinemas e espaços culturais.

285. Investir na modernização e políticas para as bibliotecas públicas.

286. Criar a Virada Cultural de Osasco.

287. Construir, em parceria com o governo federal, praças de esporte e cultura contendo: CRAS; salas multiuso; biblioteca com telecentro; cine-teatro com 125 lugares; pista de skate, equipamentos de ginástica; playground; quadra poliesportiva coberta; quadra de areia; jogos de mesa e pista de caminhada.

10. ESPORTE E LAZER

Dentre os efeitos perversos da globalização, destacam-se o individualismo e o consumismo, que rebaixam a cidadania. Face a isto, no plano municipal, impõem-se a criação de opções de recreação e lazer e o desenvolvimento esportivo, tanto das modalidades competitivas quanto das práticas saudáveis, como formas de inclusão e vida comunitária prazerosa.

288. Criar lei municipal de incentivo fiscal ao esporte.

289. Fortalecer o Conselho Municipal do Esporte, ampliando a participação da sociedade civil.

290. Aumentar o orçamento destinado à área esportiva.

291. Melhorar a infraestrutura através da reforma, modernização e embelezamento dos centros esportivos já existentes na cidade, para atender as diversas modalidades esportivas e criar novos espaços, aproveitando os locais disponíveis.

292. Promover os esportes como qualidade de vida, consolidando as políticas esportivas como prioritária no apoio às diversas necessidades da cidade, como benefício à saúde, inclusão social, convívio social e combate à violência.

293. Ampliar a oferta de espaços para a prática esportiva, equipando os campos de periferia e utilizando os espaços ociosos.

294. Estabelecer convênios com academias, clubes e espaços desativados da cidade.

295. Construir dois ginásios poliesportivos com medidas oficiais na periferia para incentivar a prática esportiva e identificar talentos.

296. Ampliar áreas para caminhada e ciclovias.

297. Estruturar as olimpíadas estudantis de Osasco com várias modalidades.

298. Apoiar as várias modalidades de esporte amador.

299. Apoiar permanentemente as associações esportivas, recreativas, culturais e os grupos de escoteiros.

300. Aprimorar a estrutura de campos de futebol de várzea do município, implantando piso de grama sintética e modernizando vestiários.

301. Construir espaço próprio para as práticas esportivas para pessoas idosas.

302. Transformar o espaço do Centro Esportivo Gazeta Oliva em espaço esportivo para a juventude.

303. Projetar o nome de Osasco no cenário nacional mantendo e ampliando a participação do município nas competições de alto rendimento.

304. Sistematizar a prática esportiva da cidade aprimorando o calendário de eventos, oportunizando o desenvolvimento das modalidades esportivas praticadas no município e o surgimento de novas associações e novos talentos.

305. Consolidar as políticas de apoio ao esporte amador e às iniciativas saudáveis da sociedade civil.

306. Preparar a Escola de Ginástica Artística e o Ginásio José Liberatti para Osasco funcionar como cidade-base para países que venham participar dos Jogos Olímpicos nas modalidades judô, voleibol e ginástica artística.

307. Implementar políticas esportivas de inclusão que atendam a pessoa com deficiência, tanto no seu segmento participativo como de alto rendimento.

11. DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Superada a fase da globalização induzida, de fora para dentro e de cima para baixo, inicia-se um período de desenvolvimento de baixo para cima e de dentro para fora, no qual o Brasil exerce um progressivo papel de liderança. As relações de interdependência entre países, regiões e cidades dão a cada dia mais a tônica do crescimento, com a incorporação de novas tecnologias, integração de mercados e ampliação de fornecedores. No país, os municípios mais dinâmicos podem contribuir para o desenvolvimento sustentado. Osasco, uma das cidades mais desenvolvidas do Brasil, ocupa posição exemplar, entre os municípios, devido a suas eficientes políticas públicas. Pela sua pujança e flexibilidade, ou seja, pela evidente capacidade de adaptação as novas realidades, Osasco se transforma rapidamente em cidade global, liderando um movimento para o melhor uso das oportunidades oferecidas pelas realidades globalizadas. É imprescindível, portanto, que dê continuidade ao aprofundamento do processo de planejamento e gestão urbana participativos, ao desenvolvimento de um ambiente propício à inovação tecnológica e ao aprimoramento de ferramentas ágeis de sustentação do empreendedorismo, bem como os que seguem os princípios da Economia Solidária.

308. Implementar e desenvolver ambiente institucional e jurídico de incentivo à inovação tecnológica, ao empreendedorismo e de acesso ampliado ao comércio exterior, tomando-as como aspectos complementares de uma cidade desenvolvida e justa.

309. Criar a Agência de Desenvolvimento Econômico Local que envolva toda a sociedade no fortalecimento da vocação econômica do empreendedor municipal, na participação de mercados integrados e na incorporação das dimensões social e ambiental.

310. Priorizar o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde, como espaço de integração aos mercados e melhoria do estado de saúde da população, fomentando o estreitamento das relações entre os setores produtivos, o governo e os centros produtores de conhecimento.

311. Incentivar e participar de iniciativas regionais, estaduais e federais voltadas à incubação de empresas de base tecnológica e de parques tecnológicos, fortalecendo a iniciativa do município com sua própria incubadora de empresas, aliada ao apoio da comercialização dos produtos e serviços.

312. Estimular o comércio exterior, assegurando o aumento do volume de exportações mediante a inserção da cultura exportadora no empresariado local, a ampliação de ofertas de capacitação específica e a participação mais próxima das iniciativas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e da Agência de Promoção à Exportação (APEX).

313. Fortalecer a economia local, propagando os benefícios da Lei Geral para as Micro e Pequenas Empresas, e empreendedores Individuais do município, inserindo-as no contexto das compras públicas, associativismo, inovação, segurança e medicina do trabalho.

314. Estabelecer marco legal estimulando o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL), identificando empresas do mesmo segmento para atuação conjunta, fortalecendo as cadeias produtivas.

315. Desenvolver mecanismos que consolidem o turismo de negócios em Osasco, entre outros, identificando espaços para realização de shows, convenções, feiras, exposições, e ofertando qualificação e formação profissional nas áreas de alimentação e hotelaria.

316. Aprimorar as ferramentas de gestão do desenvolvimento da cidade, fazendo a revisão do Código Tributário, da Lei do Uso do Solo e das leis de Incentivos Fiscais.

317. Definir a política de abastecimento do município.

318. Incentivar a realização de consórcio intermunicipal para fortalecer a economia regional e buscar soluções para problemas comuns.

319. Revitalizar as áreas industriais da cidade, buscando atrair empresas de menor porte que visam o desenvolvimento tecnológico.

320. Apoiar e fomentar a geração de ocupação e renda dos grupos de Economia Solidária, ampliando o credenciamento da participação em concorrências públicas.

321. Fortalecer o Fórum de Desenvolvimento Econômico e Sustentado de Osasco.

12. POLÍTICAS ESPECIAIS DE GÊNERO, RAÇA, IDOSOS E OUTRAS DIVERSIDADES

A igualdade entre todos os seres humanos, independentemente de gênero, raça, cor da pele, origem social, crença, condição de saúde ou produzida por doença ou acidente é um princípio regulador fundamental para a paz e a harmonia sociais, e um direito humano essencial. Este eixo pretende incorporar ações e mobilizar a criatividade cidadã para promover o respeito aos direitos.

Idoso

322. Fortalecer os Conselhos Municipais do Idoso e da Mulher, ampliando a participação da sociedade civil.

323. Fazer ações junto ao governo do Estado para a implantação em Osasco da Delegacia de Proteção ao Idoso.

324. Criar a Coordenadoria de Atenção ao Idoso (CATI), órgão responsável pela articulação de políticas públicas para a população idosa na administração municipal.

325. Fortalecer e ampliar a Unidade de Longa Permanência para Idosos (ULPI) Cora Coralina com capacidade de acolher 26 idosos em situação de abandono e maus tratos, implantando atividades culturais e esportivas e a capacidade de atendimento diário.

326. Organizar e ampliar as ações voltadas aos idosos, desenvolvidas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), CATI e demais órgãos públicos, multiplicando os grupos de convivência e identificação de talentos.

327. Aumentar o número de leitos de retaguarda para uso dos idosos na rede municipal de saúde.

Gênero

328. Criar as creches-noturnas para abrigar filhos de mães trabalhadoras.

329. Exigir “Certificado de Cumprimento” da legislação sobre creches e licença maternidade às empresas participantes de concorrência pública.

330. Promover campanhas municipais permanentes de combate à violência contra a mulher.

331. Provocar os municípios da região visando o estabelecimento de consórcio para a implantação de casa-abrigo para mulheres vítimas de violência.

332. Identificar e apoiar as iniciativas de mulheres empreendedoras segundo os princípios da Economia Solidária.

Afrodescendentes e indígenas

333. Ampliar a abrangência da formação, dedicada aos professores da rede municipal, sobre a inclusão da disciplina História Cultural da África e dos Negros Brasileiros (Lei Federal 10.639/03).

334. Reestruturar as ações e iniciativas que visam a valorização dos povos indígenas.

Combate à discriminação

335. Promover eventos municipais para os atletas com necessidades especiais.

336. Promover campanhas municipais permanentes de combate a qualquer tipo de discriminação.

337. Criar um órgão na administração pública voltado a atenção à diversidades, responsável por: elaborar os diagnósticos necessários para a criação e aplicação de políticas públicas; promover ações que incentivem a prática cidadã da busca e respeito aos direitos das diversidades; desenvolver programas municipais contra a homofobia e demais formas de discriminação; assegurar aos cidadãos homossexuais os direitos a educação, saúde e trabalho; construir no âmbito municipal uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana; apoiar a produção de bens culturais, bem como eventos de visibilidade massiva de afirmação de orientação sexual.

338. Desenvolver um Calendário Municipal da Diversidade/Semana da Diversidade, contemplando não só assuntos pertinentes a diversidade sexual, mas também as demais diferenças de gênero, raça, cor, origem social, crença, condição de saúde ou produzida por doença ou acidente.

339. Criar o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual, para atuar na interlocução entre o poder público, sociedade civil e instituições acadêmicas, autarquias, organizações profissionais, empresariais e culturais, colaborando com a defesa dos direitos dos munícipes LGBTQ que sofrem discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

13. PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO

Não existe planejamento eficaz sem o acompanhamento cotidiano das metas programadas. Por isso, as administrações petistas sempre trabalham com a ideia associada de planejamento e gestão. O desafio que se colocará para a próxima administração municipal, do candidato João Paulo, é consolidar e aprofundar as ações de planejamento em conjunto com a sociedade civil, fazendo com que a fonte real do poder retorne a sua origem, ou seja, aos governados, transformando os governantes em operadores da vontade geral. Apesar do esforço e da competência do funcionalismo, o setor público ainda sofre as críticas de inoperância e burocratismo. O fato é que a administração pública não conseguiu acompanhar a evolução tecnológica e a crescente complexidade das realidades urbanas. A conquista da agilidade pela máquina administrativa exige a modernização dos procedimentos, da legislação e uma reforma capaz de colocá-la em sintonia com os desafios do presente. Recuperar o reconhecimento do papel dos servidores e melhorar a agilidade e a qualidade do atendimento são princípios que nortearão a reforma administrativa a ser realizada pelo governo de João Paulo Cunha.

Medidas estruturantes e reestruturantes

340. Criar um organismo de planejamento central na estrutura administrativa com função também de acompanhamento de gestão das diretrizes e metas.

341. Manter e ampliar a participação da sociedade civil e das equipes técnicas na identificação das aspirações da comunidade e na definição das metas de médio e longo prazos, aperfeiçoando o Projeto Osasco 50 Anos, transformado em Projeto 50 + 20.

342. Criar, no âmbito do organismo de planejamento, um departamento especializado no gerenciamento e construção de parcerias com setores da iniciativa privada, sobretudo universidades e instituições científicas e de pesquisa.

343. Subordinar todos os serviços de georeferenciamento e de gerenciamento de dados da Prefeitura ao seu organismo central de planejamento.

344. Produzir informações a respeito de todos os setores da ação administrativa e da vida na cidade, gerando estatísticas de acompanhamento confiáveis e disponibilizando o acesso às informações pela cidadania, realizando o princípio da transparência administrativa.

345. Implementar o Conselho da Cidade, como instância de articulação dos conselhos setoriais e do processo de participação e controle social na administração municipal.

346. Fortalecer e instituir fóruns de debate regulares das grandes estratégias de transformação da cidade e de discussão dos planos e projetos urbanísticos, viários, de habitação social e de desenvolvimento urbano e econômico, com a participação de todos os segmentos sociais.

347. Criar comissões consultivas permanentes, de assessoria ao Prefeito, que deverão examinar os projetos estratégicos dos pontos de vista da sua sustentabilidade (econômica, jurídica e ambiental), modernidade e democratização (eficiência, economicidade e participação popular) e mobilidade e acessibilidade (acesso em igualdade de condições a todos os cidadãos).

348. Instituir um departamento de projetos e convênios, especializado na identificação de programas federais, estaduais ou mesmo internacionais (Banco Mundial, Banco de Reconstrução e Desenvolvimento, ONU etc) que possam contribuir para o aperfeiçoamento da máquina pública ou para a realização de metas prioritárias da cidade.

349. Definir com clareza as funções da Coordenadoria de Relações Internacionais e Institucionais, para aproveitar melhor as oportunidades da globalização, e para clarear as relações de competência e governabilidade com os demais entes federados (União, Estado, outros municípios e representações de outros poderes).

350. Criar consórcios regionais para planejamento e gestão compartilhada com os municípios vizinhos de problemas comuns, sobretudo em áreas como: tributação, transportes públicos, desenvolvimento integrado e meio ambiente.

351. Aprofundar a descentralização administrativa, para que os cidadãos possam resolver os problemas e participar da gestão dos assuntos públicos nas proximidades de suas residências.

352. Aproximar ainda mais os órgãos do governo dos bairros através da criação de praças de atendimento ou subprefeituras.

353. Tornar o Plano-Diretor um instrumento efetivo de planejamento e gestão, articulando as políticas urbanas e sociais, em especial as políticas de mobilidade, meio ambiente, habitação e desenvolvimento econômico.

Algumas prioridades administrativas

354. Planejar a construção do novo Paço Municipal e ordenar a transferência das atividades administrativas e da Câmara Municipal para o novo Paço, reduzindo os incômodos decorrentes da mudança.

355. Redefinir a política tributária, visando o aumento da carga para os setores que não cumprem finalidade social no uso do território e buscando maior justiça tributária, com desoneração dos menos favorecidos e impostos municipais progressivos para a especulação imobiliária.

356. Planejar o reemplacamento da cidade, o recapeamento asfáltico, a recuperação e reestruturação das galerias de águas pluviais, visando a redução dos pontos de alagamento, a construção, no âmbito do Plano-Diretor, do Plano de drenagem urbana, e do sistema de iluminação da cidade.

Modernização Administrativa

357. Construir o novo Paço Municipal, na região do Bonfim, dentro do projeto de renovação do centro.

358. Realizar a reforma administrativa, objetivando a criação ou extinção de órgãos públicos, visando a racionalização, a eficiência, a sustentabilidade e a economicidade.

359. Consolidar mecanismos de transparência no setor público estimulando a população a participar da gestão municipal.

360. Ampliar o programa de qualificação, requalificação e formação continuada do quadro de servidores públicos municipais, buscando fontes de captação de recursos junto aos governos federal e estadual.

361. Criar um programa de racionalização de gastos no setor municipal com energia elétrica, água, combustível e de material de higiene, limpeza e escritório, instalando sensores de presença, torneiras inteligentes e controle por cartão energético no abastecimento dos carros públicos.

362. Elaborar planos de cargos, carreira e salários dos servidores municipais.

363. Implantar em toda administração um sistema de avaliação de desempenho, bem como a sistemática de evolução de letras.

364. Implantar um sistema de avaliação de qualidade do serviço público com pesquisas junto aos usuários e promovidas por institutos sérios e imparciais.

365. Aperfeiçoar o sistema de apoio ao servidor garantindo-lhe acompanhamento psicológico e de assistência social.

366. Informatizar todos os setores da Prefeitura, facilitando o acesso da população ao conjunto de serviços prestados pelo setor público.

367. Implantar em todos os prédios públicos o sistema de rede sem fio para acesso à internet gratuita.

368. Ampliar o serviço de atendimento do 156, agilizando os agendamentos e atendimentos da população.

369. Avaliar os fluxos de novos processos e documentos e o acervo existente para definir quais podem ser transformados em meio eletrônico e os que devem também permanecer em meio físico, observando as previsões legais de temporalidade dos arquivos.

370. Adequar, otimizar e melhorar a interface entre o poder público e a população, disponibilizando as informações por meio impresso ou digital.

371. Tornar a Ouvidoria um canal efetivo de comunicação da população de Osasco com a Prefeitura, distribuindo e cobrando informações dos órgãos públicos.

372. Implantar a política de humanização na administração pública a fim de melhorar a qualidade no atendimento ao munícipe em todos os órgãos da Prefeitura, sobretudo na saúde.

Democratização e Participação

373. Criar mecanismos para a definição participativa e ágil das prioridades municipais.

374. Aprofundar a intersetorialidade como método de planejamento e gestão, centralizando as informações para a produção de um planejamento consciente das prioridades da cidade.

375. Articular as ações desenvolvidas por todas as secretarias e departamentos, para evitar duplicação de esforços, concorrência entre responsáveis e omissões, bem como para racionalizar a ação pública e a alocação de recursos.

376. Redefinir e fortalecer o Orçamento Participativo dando-lhe o poder de gestão.

377. Ampliar a capacidade de gestão democrática sobre o território, com o fortalecimento dos conselhos de representantes e de gestão dos Fundos.

378. Utilizar os meios da comunicação eletrônica, como o site da Prefeitura, para a prestação de contas das ações e dos gastos públicos.

379. Prestar contas formalmente à população, a intervalos anuais, e manter disponíveis quaisquer informações aos interessados.

380. Fortalecer a Ouvidoria Municipal e criar ouvidorias nos setores estratégicos.

381. Aprimorar as ferramentas de comunicação do governo com a sociedade e intragoverno.

Planejamento Integrado

382. Instituir programa de regularização fundiária dos próprios públicos e do estado dos projetos municipais para garantir ao município o recebimento de recursos de convênios federais.

383. Criar plano de desenvolvimento integrado específico para a Zona Norte do município.

384. Avançar na revisão da regionalização como forma de reorganização dos serviços públicos e melhor intervenção sobre o território, respeitando a identidade cultural de cada bairro.

385. Consolidar a participação e intervenção nas redes de cidades e potencializar as ações com as cidades-irmãs.

Gestão moderna e eficiente

386. Rever o papel de cada Secretaria e Autarquia a fim de estabelecer fluxo adequado de planejamento e gestão, garantindo a intersetorialidade.

387. Criar núcleos de gestão de convênios em todas as secretarias a fim de fomentar a captação de recursos e garantir a execução adequada dos convênios.

388. Melhorar a comunicação interna, assim como o monitoramento, avaliação e controle das políticas públicas a fim de otimizar resultados e melhorar a capacidade de resposta do governo aos munícipes.

389. Implantar avaliações periódicas sobre a execução do planejamento através de sistemas de informações para diagnóstico, acompanhamento de processo e avaliação de resultado.

390. Garantir que a execução do planejamento assegure o comprometimento com as metas definidas através da avaliação interna de gestão.

391. Garantir a cobrança de eficiência de governo através da prestação de contas por desempenho, contribuindo para políticas públicas interrelacionadas de forma coerente e sem interrupções.

392. Criar plano de manutenção dos equipamentos públicos.